

Monte Rodovias

Informações contábeis trimestrais
em 30 de setembro de 2023



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de informações trimestrais – ITR	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas às informações contábeis trimestrais	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Monte Rodovias S.A.
São paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Monte Rodovias S.A (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2022 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 22 de março de 2023 sem modificação e às demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente do período de três e nove meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses do trimestre findo em 30 de setembro de 2022 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 04 de novembro de 2022, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Salvador, 10 de novembro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/F-7

Hildebrando Oliveira de Abreu Filho
Contador CRC BA-029520/O-7

Monte Rodovias S.A.

Balancos patrimoniais

em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

ATIVO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	915	14.827	127.671	108.188
Contas a receber	8	-	-	14.333	14.610
Imposto de renda e contribuição social		-	-	530	315
Tributos a recuperar	9	204	71	7.550	6.909
Despesas antecipadas		153	170	2.501	1.155
Adiantamentos		16	-	508	250
Total ativo circulante		1.288	15.068	153.093	131.427
Ativo não circulante					
Fundos restritos	7	-	-	20.658	19.811
Depósitos judiciais		-	-	13.188	21.674
Despesas antecipadas		-	-	-	15
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	-	13.711	7.815
Outros ativos		-	-	-	26
Total do realizável a longo prazo		-	-	47.557	49.341
Investimentos	10a	581.322	592.039	-	-
Outros investimentos	10b	-	-	9.958	9.064
Imobilizado		-	-	4.308	4.005
Intangível	11	-	-	1.339.060	1.367.521
Direito de uso	15	-	-	9.273	7.519
		581.322	592.039	1.362.599	1.388.109
Total do ativo não circulante		581.322	592.039	1.410.156	1.437.450
Total do ativo		582.610	607.107	1.563.249	1.568.877

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

Monte Rodovias S.A.

Balancos patrimoniais

em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Passivo circulante					
Fornecedores		173	20	10.925	10.290
Obrigações com compras de mercadorias e serviços	12	-	-	19.632	14.981
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	45.820	38.567
Debêntures	14	8.322	3.726	9.922	4.526
Obrigações sociais e trabalhistas		842	161	11.591	7.404
Imposto de renda e contribuição social		-	-	5.237	196
Obrigações tributárias		60	14	3.036	3.418
Partes relacionadas	26	1.552	1.268	-	-
Arrendamentos	15	-	-	6.339	3.240
Provisão para manutenção	17	-	-	8.295	4.401
Outras obrigações	18	-	-	1.190	18.015
Total passivo circulante		10.949	5.189	121.987	105.038
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	591.371	618.834
Debêntures	14	74.737	76.090	305.162	295.566
Arrendamentos	15	-	-	3.570	4.253
Provisão para contingências	16	-	-	15.345	8.969
Partes Relacionadas	26	14.868	19.444	-	-
Provisão para manutenção	17	-	-	33.262	19.336
Outros passivos		-	-	10.500	10.500
Total passivo não circulante		89.605	95.534	959.210	957.458
Patrimônio líquido					
Capital social	20	472.264	472.264	472.264	472.264
Reservas de lucros	20	34.121	79.636	34.121	79.636
Prejuízos acumulados	20	(24.329)	(45.516)	(24.329)	(45.516)
		482.056	506.384	482.056	506.384
Patrimônio líquido atribuível aos:					
Acionistas controladores				482.056	506.384
Acionistas não controladores				(4)	(3)
Total do passivo e patrimônio líquido		582.610	607.107	1.563.249	1.568.877

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

Monte Rodovias S.A.

Demonstrações dos resultados

para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022

	Notas	Controladora				Consolidado			
		30/09/2023		30/09/2022		30/09/2023		30/09/2022	
		Nove meses	Três meses	Nove meses	Três meses	Nove meses	Três meses	Nove meses	Três meses
Receita líquida de serviços	21	-	-	-	-	199.535	70.504	175.428	62.594
Receita de construção	21	-	-	-	-	22.920	5.380	26.525	3.826
Receita Líquida		-	-	-	-	222.455	75.884	201.953	66.420
Custo dos serviços prestados	22	-	-	-	-	(108.999)	(33.496)	(107.333)	(32.963)
Custo de construção	22	-	-	-	-	(22.693)	(5.326)	(26.261)	(3.789)
Lucro Bruto		-	-	-	-	90.763	37.062	68.359	29.668
Gerais e administrativas	23	(3.536)	(931)	(1.391)	(492)	(57.565)	(17.073)	(48.308)	(18.406)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	-	-	-	-	(288)	(142)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(10.717)	2.669	(18.337)	342	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		-	-	-	-	939	170	2.788	2.376
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		(14.253)	1.738	(19.728)	(151)	34.137	20.156	22.551	13.496
Receitas Financeiras	24	6.549	43	2	-	20.576	3.544	11.256	4.842
Despesas Financeiras	24	(16.625)	(3.427)	(10.956)	(1.508)	(77.426)	(22.598)	(68.953)	(18.518)
Resultado financeiro, líquido		(10.076)	(3.384)	(10.954)	(1.508)	(56.850)	(19.054)	(57.697)	(13.676)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

Monte Rodovias S.A.

Demonstrações dos resultados

para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022

Notas	Controladora				Consolidado			
	30/09/2023		30/09/2022		30/09/2023		30/09/2022	
	Nove meses	Três meses	Nove meses	Três meses	Nove meses	Três meses	Nove meses	Três meses
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(24.329)	(1.646)	(30.682)	(1.658)	(22.713)	1.102	(35.146)	(180)
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	-	-	-	(7.513)	(2.507)	214	214
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	-	-	5.896	(241)	4.250	(1.692)
Prejuízo do período	(24.329)	(1.646)	(30.682)	(1.658)	(24.330)	(1.646)	(30.682)	(1.658)
Resultado atribuído aos:								
Acionistas controladores					(24.329)	(1.646)	(30.682)	(1.658)
Acionistas não controladores					(1)	-	-	-
Prejuízo do período	(24.329)	(1.646)	(30.682)	(1.658)	(24.330)	(1.646)	(30.682)	(1.658)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

Monte Rodovias S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022

	Controladora				Consolidado			
	30/09/2023		30/09/2022		30/09/2023		30/09/2022	
	Nove meses	Três meses	Nove meses	Três meses	Nove meses	Três meses	Nove meses	Três meses
Prejuízo do exercício	(24.329)	(1.646)	(30.682)	(1.658)	(24.330)	(1.646)	(30.682)	(1.658)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(24.329)	(1.646)	(30.682)	(1.658)	(24.330)	(1.646)	(30.682)	(1.658)
Resultado atribuído aos:								
Acionistas controladores					(24.329)	(1.646)	(30.682)	(1.658)
Acionistas não controladores					(1)	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(24.329)	(11.635)	(30.682)	(1.658)	(24.330)	(1.646)	(30.682)	(1.658)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

Monte Rodovias S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 e 2022

	Reserva de lucros					Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros a realizar	Reserva de recompra de ações e de investimentos	Prejuízos acumulados			
Em 31 de dezembro de 2021	472.264	3.982	18.980	56.674	-	551.900	-	551.900
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(30.682)	(30.682)	-	(30.682)
Em 30 de setembro de 2022	472.264	3.982	18.980	56.674	(30.682)	521.218	-	521.218
Em 31 de dezembro de 2022	472.264	-	-	34.121	-	506.385	(3)	506.381
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(24.329)	(24.329)	(1)	(24.330)
Em 30 de setembro de 2023	472.264	-	-	34.121	(24.329)	482.056	(4)	482.051

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

Monte Rodovias S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022

Notas	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(24.329)	(30.682)	(22.713)	(35.146)
Ajustes				
Margem de construção	-	-	(227)	(264)
Depreciação e amortização	11	-	47.378	62.835
Juros e variações monetárias, líquidas	16.482	10.856	72.317	64.981
Apropriação do custo de captação	-	-	(1.111)	-
Provisão para contingências	16	-	6.007	2.989
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	8	-	-	288
Provisão para manutenção	-	-	17.820	(95)
Resultado na venda de imobilizado e intangível	11	-	45	(30)
Resultado de Equivalência Patrimonial	10	10.717	18.337	-
Resultado ajustado das operações	2.870	(1.489)	119.516	95.558
Variação dos ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	504	(5.634)
Despesas antecipadas	17	(101)	(1.331)	(1.526)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(215)	-
Tributos a recuperar	(133)	-	(587)	(6.823)
Depósitos judiciais	-	-	8.486	(1.380)
Adiantamentos	(16)	(4)	(258)	(180)
Outros ativos	-	-	26	(16)
Fornecedores	153	180	635	19.776
Obrigações tributárias	46	9	(383)	(1.192)
Obrigações sociais e trabalhistas	682	1	4.187	1.533
Outras obrigações	-	-	(16.484)	2.767
Caixa gerado pelas (utilizado nas) das atividades operacionais	3.619	(1.404)	114.097	102.883
Juros pagos	13/14	(11.885)	(8.296)	(52.758)
Pagamento perda de processos judiciais	16	-	(414)	-
Impostos pagos sobre o lucro	-	-	(2.526)	-
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	(8.266)	(9.700)	58.398	51.736

Monte Rodovias S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 e 2022

Notas	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Dividendos recebidos	-	22.000	-	-
Adições ao intangível	-	-	(25.412)	(31.248)
Recursos provenientes da alienação do intangível	-	-	9.986	-
Adições ao imobilizado	-	-	(273)	(499)
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimentos	-	22.000	(15.699)	(31.747)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de financiamentos e debêntures	13	-	10.000	-
Amortização de financiamentos e debêntures	13/14	(1.007)	(31.463)	(26.392)
Obrigações com compras de mercadorias e serviços (pagamentos)	12	-	(4.665)	-
Obrigações com compras de mercadorias e serviços (cessão de títulos)		-	9.316	-
Partes relacionadas		(4.638)	-	-
Utilização (adição ao) do fundo restrito	7	-	(847)	6.727
Pagamentos de arrendamentos	15	-	(5.557)	(2.101)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(5.645)	(23.216)	(21.766)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(13.912)	595	(1.777)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	14.827	29	108.188
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	6	915	624	118.617

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

Monte Rodovias S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
Receitas				
Receita de serviços	-	-	218.552	192.106
Receita de construção	-	-	22.920	26.525
	-	-	241.472	218.631
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia e outros	(94)	(8)	(957)	(932)
Custo de construção	-	-	(22.693)	(26.261)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(1.404)	(396)	(51.265)	(37.525)
Valor adicionado bruto	(1.498)	(404)	166.557	153.913
Depreciação e amortização	-	-	(47.378)	(62.835)
Apropriação de seguros	(163)	(120)	(3.490)	(2.190)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(1.661)	(524)	115.689	88.888
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	649	2	15.773	11.256
Resultado de Equivalência Patrimonial	(10.717)	(18.337)	-	-
Outros	-	-	945	2.788
Valor adicionado total a distribuir	(11.729)	(18.859)	132.407	102.932
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	1.592	651	40.635	36.869
Remuneração direta	1.558	610	29.469	26.731
Benefícios	34	41	9.483	8.669
FGTS	-	-	1.683	1.469
Impostos, taxas e contribuições	171	178	27.991	18.617
Federais	171	178	16.726	8.884
Estaduais	-	-	72	29
Municipais	-	-	11.193	9.704
Remuneração de capitais de terceiros	10.837	10.994	88.111	78.128
Juros	10.713	10.953	72.107	68.828
Aluguéis	73	41	675	518
Outras	51	-	15.329	8.782
Remuneração de capitais próprios	(24.329)	(30.682)	(24.330)	(30.682)
Prejuízo do exercício	(24.329)	(30.682)	(24.330)	(30.682)
Valor adicionado distribuído	(11.729)	(18.859)	132.407	102.932

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

Notas explicativas às informações financeiras trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Monte Rodovias, (“Companhia” ou “Monte Rodovias”) e quando em conjunto com suas controladas, (“Grupo”), tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades.

Em 22 de novembro de 2021, a Companhia obteve o registro de emissor na categoria A perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), porém até o momento não tem negociação de suas ações no mercado de capital.

A Monte Rodovias é controlada direta do M Rodovias Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“Fundo de Investimento M Rodovias”).

Continuidade operacional

A Companhia reconheceu um prejuízo líquido no exercício findo em 30 de setembro de 2023 de R\$ 24.329 (R\$ 30.682 de prejuízo líquido para o exercício findo em 30 de setembro de 2022) ocasionado, principalmente pelo resultado financeiro negativo.

No Consolidado apresenta ativo circulante superior ao passivo circulante no montante de R\$ 31.106 em 30 de setembro de 2023 (R\$ 26.389 em 31 de dezembro de 2022), na controladora o passivo circulante é superior ao ativo circulante no montante de R\$ 9.661 em 30 de setembro de 2023 (ativo circulante superior ao passivo circulante em R\$ 9.879 em 31 de dezembro de 2022).

No consolidado a geração de caixa operacional é de R\$ 58.399 em 30 de setembro de 2023 (R\$ 51.736 em 31 de setembro de 2022) na controladora o consumo de caixa é de R\$ 8.266 em 30 de setembro de 2023 (R\$ 9.700 em 31 de setembro de 2022) na Controladora.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia irá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos, financiamentos e debentures conforme os prazos divulgados na nota explicativa nº 13 e nº 14.

A Administração com base em projeções de fluxo de caixa, planeja a reversão da situação do capital circulante líquido negativo na controladora a partir da distribuição de lucros gerados nas controladas, cenário que já começa a se materializar a partir deste trimestre. Adicionalmente as concessionárias tem apresentado geração de caixa operacional positiva de R\$ 47.586 na Concessionária Bahia Norte – CBN -, R\$ 19.028 na Concessionária Rota do Atlântico – CRA -, e R\$ 3.884 na Concessionária Rota dos Coqueiros – CRC -, em função dos aumentos tarifários aprovados pelo poder concedente que estão de acordo com os contratos de concessão e, para a CBN, aumento adicional em função do pleito de reequilíbrio tarifário.

Em 25 de agosto de 2023 a CBN obteve junto ao poder concedente a autorização para os pleitos de reequilíbrio econômico financeiro que incluem três incrementos tarifários, sendo um já aplicado a tarifa, e dois a serem aplicados posteriormente, postergação de investimentos do plano de negócios e recebimento de indenização no montante de R\$ 50.000 a ser paga em dinheiro com atualização monetária até a data do efetivo recebimento cuja expectativa de recebimento é em até 12 meses.

Concomitantemente as medidas descritas acima, a Companhia considera a captação de recursos em linhas de crédito disponíveis e não captadas até o montante de R\$ 104.978 já disponíveis para captação, conforme divulgado na nota explicativa 13, empréstimos entre as companhias ou captação de recursos com aumento de capital.

Portanto, conforme descrito acima, a administração tem expectativa provável que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

A Monte Rodovias é controladora das empresas mencionadas a seguir, sendo as seguintes atividades desenvolvidas por estas controladas:

Verona Holding Participações Societárias S.A.

Em 16 de outubro de 2020, a Companhia adquiriu (cessão onerosa) a totalidade das ações representativas do capital social da Verona Holding Participações Societárias S.A. (“Verona”) de seus próprios acionistas, Fundo M Rodovias Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“FIP M Rodovias”) e Monte Equity Partners Consultoria e Desenvolvimento Ltda., conforme

demonstrado na Nota Explicativa nº 9. A Verona tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades.

Em 28 de abril de 2021, a Monte Rodovias integralizou ações subscritas pela Verona com investimento devido na empresa Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN"). Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CBN. A aquisição das ações da CBN, pelo Fundo de Investimento M Rodovias, controlador indireto da Companhia, se deu após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrado com seus antigos acionistas e junto ao Poder Concedente.

Concessionária Bahia Norte S.A.

A Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN"), com sede em Salvador, no Estado da Bahia, foi constituída em 29 de junho de 2010, tem como objeto social a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia (Agerba), pelo prazo de 25 anos.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão, com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099, com extensão de 11,20 km. Como consequência, a área de total concedida passou a ser 132,65 km. Em decorrência dos novos investimentos, para recompor o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a vigência do Contrato foi aditada, passando de 25 para 30 anos.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Em 30 de abril de 2021, a Verona, controlada da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA") após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e, também, junto ao Poder Concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRA.

A CRA, com sede no Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 18 de julho de 2011, com o Poder Concedente representado pelo Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros "Suape" (Governo do Estado de Pernambuco), cujo prazo de concessão é de 35 anos, contados de novembro de 2011, podendo ser prorrogado para fins de reequilíbrio econômico-financeiro.

A extensão concedida é de 44 km e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Em 30 de abril de 2021, a Verona, controlada da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC") após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e junto ao poder concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRC.

A CRC, com sede em Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, foi constituída em 15 de dezembro de 2006, tendo como objetivo a exploração, mediante concessão patrocinada, responsável pela construção, operação, manutenção e conservação do Sistema Viário do Paiva. A via litorânea tem 6,5 km de extensão e uma Ponte Arquiteto Wilson Campos Júnior, com 320 m, a qual liga os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho. O contrato de concessão tem prazo de 35 anos e 03 meses.

As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010.

Em 24 de maio de 2023, foi publicada no DOE a Resolução ARPE nº 235, com as novas Tarifas de Pedágio da CRC vigentes a partir de 14/06/2023, consolidando os resultados dos processos de reequilíbrio e reajuste contratual.

1.1. Procedimentos arbitrais envolvendo a controlada

a) CBN

Em agosto de 2017, a CBN foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CCBC”) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) e pela OAS S.A. – Em Recuperação Judicial (“OAS”), via o Consórcio Construtor BA 093, constituído para realização das obras de adequação e construção das rodovias concessionadas, alegando, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção. O Procedimento Arbitral encontra-se em andamento, ao final de sua fase instrutória, aguardando a realização de perícia de engenharia, deferida pelo Tribunal Arbitral. No que se refere aos resultados, a Administração da CBN e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para sua mensuração, bem como para determinação de eventual perda ou ganho, o que deverá ser definido apenas na fase decisória do Procedimento Arbitral. De acordo com o contrato de compra e venda da CBN, celebrado em 07 de fevereiro de 2021 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: (i) em caso de decisão desfavorável à CBN, aos vendedores têm a obrigação de indenizar a CBN em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem, tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias; e (ii) em caso de decisão favorável à CBN, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CBN. Destaca-se que eventuais perdas com arbitragens, de acordo com o contrato de concessão, são passíveis de reequilíbrios econômico-financeiro em favor das concessionárias.

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação

Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas homologadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CMV), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (última demonstração financeira anual).

As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações financeiras preparadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* - “IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional da Companhia é o real (R\$).

Todas as informações relevantes próprias destas informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão do Grupo.

A emissão dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 07 de novembro de 2023.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

i. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados a aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 10 – equivalência patrimonial: determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida;
- Nota explicativa 4 – consolidação: determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida;

ii. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data de emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 19 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Notas explicativas 16 e 17: reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais características sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

2.3. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34.

3. Novas normas interpretações

A seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023, e não tiveram impactos materiais para a Companhia:

- Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 01);
- Imposto diferido, relacionado a ativos e passivos, decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12);
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23/IAS 08); e
- Definição de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 01).

4. Consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas Controladas (denominadas em conjunto de "Grupo").

Nas informações contábeis intermediárias consolidadas foram eliminados o investimento na proporção da participação da Grupo no patrimônio líquido e no resultado da controlada, os saldos ativos, passivos, as receitas e as despesas entre as empresas, quando existentes.

As informações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as seguintes Companhias:

Companhias consolidadas	Controle	País	Participação no	Participação no
			capital social (%)	capital social (%)
			30/09/2023	31/12/2022
Verona Holding e Participações Societárias S.A. ("Verona")	Direto	Brasil	99,99	99,99
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC")	Indireto	Brasil	100,00	100,00
Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA")	Indireto	Brasil	100,00	100,00
Concessionário Bahia Norte S.A. ("CBN")	Indireto	Brasil	100,00	100,00

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

a) Considerações gerais

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e risco de juros. A gestão de risco se concentra na antecipação de ações em momentos de imprevisibilidade dos mercados financeiros e buscando minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas.

A gestão de risco realizada pela Companhia e suas controladas é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os seus negócios.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia e as suas controladas estão expostas aos riscos de liquidez, em virtude de eventual possibilidade de não conseguir honrar seus compromissos operacionais e financeiros pela ausência de caixa; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade não conseguir garantias ou novos financiamentos perante instituições financeiras.

A Companhia e suas controladas adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de políticas e preservação de margem operacional através de eficiência na gestão de recursos além de mecanismos de manutenção de caixa mínimo, visando sempre antecipar a eventuais variações de mercado que possam expor seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

Revisão das projeções de caixa são realizadas de forma contínua, sempre com premissas conservadoras, de modo a assegurar a capacidade da Companhia em honrar suas necessidades operacionais e financeiras. A Companhia e suas controladas buscam preservar caixa mínimo suficiente para assegurar a operação em caso de eventuais flutuações de mercado.

A tabela a seguir demonstra a exposição no passivo da Companhia e suas controladas (Consolidado) em 30 de setembro de 2023 (valores expressos em milhares de R\$):

Consolidado						
Instituição financeira	Taxa contratada	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
BNB-CBN	TJLP + 4% a.a.	346	112	46	-	
DESENBAHIA-CBN	TJLP + 3,0% a.a.	2.081	1.103	1.345	5.463	
DESENBAHIA-CBN	TJLP + 3,0% a.a.	883	459	549	1.772	
DESENBAHIA-CBN	CDI + 4% a.a.	2.036	653	383	11	
BNB-CBN	IPCA + 7,97%	258	70	11	-	
Debêntures - CRC	IPCA + 7,87%	13.040	7.061	9.225	70.219	
Debêntures - CRA	IPCA + 7,17% a.a	25.169	14.687	19.459	157.557	
Debêntures - Monte Rodovias	IPCA + 10,5% a.a.	12.312	11.884	11.557	37.392	

Controladora

	Valor contábil	Total	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 30 de setembro de 2023						
Fornecedores	173	173	173	-	-	-
Debêntures	83.060	139.815	15.565	24.904	72.186	27.160
Partes relacionadas	16.420	27.414	12.503	6.690	8.096	125
Total	99.652	167.402	28.240	31.594	80.282	27.285

Em 31 de dezembro de 2022

Fornecedores	20	20	20	-	-	-
Debêntures	79.816	88.196	4.117	29.985	20.893	33.201
Partes relacionadas	20.712	20.712	1.268	7.778	11.666	-
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	-
Total	100.548	100.548	5.014	34.913	30.574	30.046

Consolidado

	Valor contábil	Total	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 30 de setembro de 2023						
Fornecedores	10.925	10.925	10.925	-	-	-
Obrigações com compras de mercadorias e serviços	19.632	19.632	19.632	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	637.191	882.761	94.286	100.175	237.855	450.445
Debêntures	315.084	617.599	31.983	43.834	141.608	400.174
Passivo de arrendamento	9.909	12.568	8.895	3.471	202	-
Total	973.110	1.523.853	146.089	147.480	379.665	850.619
Em 31 de dezembro de 2022						
Fornecedores	10.290	10.290	10.290	-	-	-
Obrigações com compras de mercadorias e serviços	14.981	14.981	14.981	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	657.401	661.552	38.567	50.984	105.195	466.807
Debêntures	300.092	300.092	4.526	38.708	40.358	216.500
Partes relacionadas	-	52.472	543	512	51.416	-
Passivo de arrendamento	7.493	7.493	3.240	4.253	-	-
Total	975.276	1.031.899	57.166	94.457	196.969	683.307

d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, na não obtenção de novos financiamentos/garantias em função do mercado e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia e suas controladas acompanham a situação financeira de mercado continuamente e mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, apesar de a Companhia e suas controladas não terem exposição ao risco de crédito em sua operação por se tratar de recebíveis na modalidade arrecadação a vista.

e) Risco de mercado

Exposição a riscos de taxas de juros e índices de inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumento em sua despesa financeira, com o provisionamento de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principais exposições de risco de mercado da Companhia e de suas Controladas.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia e suas controladas selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e CDI e de inflação o IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros TJLP, CDI e IPCA, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2023	2024	2025	2026	2027	2028
TJLP (*)	6,6%	6,0%	6,0%	6,1%	6,1%	6,1%
CDI (*)	13,2%	9,5%	8,9%	8,9%	8,9%	8,9%
IPCA (*)	4,9%	4,1%	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%

(*) Fonte: Itaú BBA Out./2023.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP, CDI e IPCA, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável (*)	Adverso possível	Adverso extremo
TJLP	6,12%	7,65%	9,19%
CDI	9,71%	12,14%	14,57%
IPCA	3,84%	4,79%	5,75%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2023 a 2028 das taxas apresentadas acima.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
BNB - CBN	2026	Alta da TJLP	346	396	445
Desenhahia - CBN	2033	Alta da TJLP	883	1.025	1.166
Desenhahia - CBN	2034	Alta da TJLP	2.081	2.417	2.748

(iv) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – CDI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
Desenhahia – CBN	2026	Alta do CDI	2.036	2.383	2.723
Aplicação financeira			13.730	10.298	6.865

(v) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III

			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
Debentures - Monte Rod	2031	Alta do IPCA	12.312	13.470	14.653
Debentures - CRA	2036	Alta do IPCA	25.169	28.766	31.915
Debentures - CRC	2037	Alta do IPCA	13.040	14.776	16.475
BNB-CBN	2025	Alta do IPCA	258	285	307

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, sujeitos a essas variáveis. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou empréstimos durante o período findo em 30 de setembro de 2023.

5.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

5.3. Instrumentos financeiros por categoria

A seguir, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros, por categoria:

	Nota	Controladora	
		Mensurados ao custo amortizado	
		30/09/2023	31/12/2022
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalente de caixa	6	915	14.827
Total		915	14.827
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Debêntures	14	83.059	79.816
Total		83.059	79.816

	Nota	Consolidado	
		Mensurados ao custo amortizado	
		30/09/2023	31/12/2022

Ativos, conforme balanço patrimonial

Caixa e equivalente de caixa	6	127.671	108.188
Fundos restritos	7	20.658	19.811
Contas a receber	8	14.333	14.610
Outros ativos		-	26
Total		162.662	142.635

Passivos, conforme o balanço patrimonial

Empréstimos e financiamentos	13	637.191	657.401
Debêntures	14	315.085	300.092
Fornecedores		10.925	10.290
Arrendamentos	15	9.909	7.493
Outras obrigações, excluindo obrigações legais	18	11.691	28.515
Total		984.801	1.003.791

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	15	6	9.289	9.520
Aplicações financeiras (a)	900	14.821	118.382	98.668
Total	915	14.827	127.671	108.188

(a) Na Controladora, o saldo em aplicações financeiras é decorrente de aplicação automática do saldo em conta corrente realizadas pelas instituições financeiras depositárias ao final do dia, com baixíssima rentabilidade.

As Controladas mantêm aplicações financeiras, em sua maioria do tipo CDB, de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxa entre 98% e 102,5% (98% e 103% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7. Fundos restritos

Em 30 de setembro de 2023, o saldo de R\$ 20.658 (R\$ 19.811 em 31 de dezembro de 2022), registrado no ativo não circulante do Consolidado, refere-se aos montantes mantidos em contas bancárias, condicionados a resgates exclusivos, para eventual pagamento de parcelas dos financiamentos (conforme Nota Explicativa nº 11), e são remunerados pela variação do CDI entre 98% e 100,00% (98% e 99% em 31 de dezembro de 2022)

8. Contas a receber

	Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022
Meios de pagamentos eletrônicos	11.606	13.098
Vale-pedágio	400	284
Receitas acessórias	661	1.228
Demanda de risco (a)	1.666	-
Total	14.333	14.610

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e receitas acessórias, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

(a) Conforme definido no contrato de concessão da CRC, havendo variação significativa no volume de tráfego em relação ao inicialmente projetado no edital da concessão, será feita compensação de valores, de modo a amenizar os impactos financeiros, conforme critérios de compartilhamento de riscos previstos contratualmente.

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
IRRF sobre aplicações financeiras	204	71	7.384	5.390
Outros	-	-	166	1.519
Total	204	71	7.550	6.909

10 Investimentos

10.a. Investimentos

	Controladora	
	30/09/2023	31/12/2022
Controlada direta		
Verona	581.322	592.039

(a) Informações acerca das investidas diretas:

Movimentação dos saldos de investimentos:

Investidas	Participação	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Saldo em 30/09/2023
Verona	99,99%	592.039	(10.717)	581.322

	Quantidade de ações possuídas	Participação direta (%)	30/09/2023			
			Ativo		Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do período
			Ativo	Passivo		
Verona	551.286.324	99,99	630.405	49.087	581.318	(10.718)

(b) Informações acerca das controladas indiretas:

	Quantidade de ações possuídas	Participação direta (%)	30/09/2023			
			Ativo		Patrimônio líquido	Prejuízo do período
			Ativo	Passivo		
CRC	26.150.154	100	102.272	67.918	34.355	(168)
CRA	141.438.908	100	306.456	242.704	63.752	(910)
CBN	367.759.706	100	986.561	727.804	258.757	(192)
Total	535.348.768		1.395.290	1.038.426	356.864	(1.270)

A Monte Rodovias, possui controle acionário direto na proporção 99,99% das ações da Verona, que por sua vez, possui igualmente controle acionário direto na proporção 100% das ações das concessionárias CBN, CRA e CRC.

11. Intangível

Consolidado

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências/ Reclassificações	Amortização (c)	Saldo em 31/12/2022
Intangível em infraestrutura						-
Direito de concessão (a)	211.887	-	-	-	(8.741)	203.146
Edifícios e instalações	136.820	1.419	-	8.107	(5.625)	140.721
Direito de concessão de serviços públicos	337.587	15	(30)	(2.522)	(12.255)	322.795
Pavimentações	555.018	-	-	-	(42.765)	512.253
Hardware e equipamentos de pedágio	19.754	843	-	-	(1.802)	18.795
Desapropriações	46.064	-	-	-	(2.012)	44.052
Máquinas e equipamentos	7.074	642	-	(5.132)	(353)	2.231
Meio ambiente e elementos de segurança	38.698	-	-	-	(2.830)	35.868
Móveis e utensílios	207	233	-	5.132	(490)	5.082
Obras em andamento	16.948	58.224	-	(7.451)	-	67.721
Total	1.370.057	61.376	(30)	(1.866)	(76.872)	1.352.664
Outros intangíveis						
Softwares	2.069	347	-	123	(268)	2.271
Marcas e Patentes	46	22	-	-	-	68
Adiantamento a fornecedores e outros	4.600	-	-	(471)	-	4.129
Ágio (b)	8.388	-	-	-	-	8.388
Total	15.103	369	-	(348)	(268)	14.857
Total	1.385.160	61.745	(30)	(2.214)	(77.140)	1.367.521

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas (d)	Transferências (*)	Reclassificações	Amortização (c)	Saldo em 30/09/2023
Intangível em infraestrutura							
Direito de concessão (a)	203.147	-	-	-	(400)	(6.853)	195.894
Edifícios e instalações	140.721	16	(235)	(1.594)	-	(4.451)	134.457
Direito de concessão de serviços públicos	322.791	171	(8.235)	9.475	-	(10.532)	313.670
Pavimentações	512.253	-	(1.561)	12.730	-	(14.934)	508.489
Hardware e equipamentos de pedágio	18.795	292	-	380	-	(1.010)	18.457
Desapropriações	44.053	-	-	19.754	-	(1.900)	61.908
Máquinas e equipamentos	2.232	143	-	3.242	-	(1.457)	4.160
Meio ambiente e elementos de segurança	35.868	-	-	2.823	-	(1.263)	37.428
Móveis e utensílios	5.081	-	-	-	-	(41)	5.040
Obras em andamento	67.725	24.679	-	(49.232)	(86)	-	43.085
Total	1.352.667	25.301	(10.031)	(2.422)	(486)	(42.441)	1.322.587
Outros intangíveis							
Softwares	2.292	111	-	1.826	-	(318)	3.911
Marcas e Patentes	46	-	-	-	-	-	46
Adiantamento a fornecedores e outros	4.128	-	-	-	-	-	4.128
Ágio (b)	8.388	-	-	-	-	-	8.388
Total	14.854	111	-	1.826	-	(318)	16.473
Total	1.367.521	25.412	(10.031)	(596)	(486)	(42.759)	1.339.060

(*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado.

(a) O valor do intangível atribuído ao direito de contrato pelo PPA será amortizado pela vida útil remanescente dos contratos de concessão, considerando o critério de amortização e as particularidades de cada contrato.

(b) A CBN foi adquirida pelo Fundo de Investimento M Rodovias que, na mesma data, integralizou as ações subscritas pela Companhia com a totalidade das ações da CBN pelo seu valor justo de R\$ 370.436. Com processo de apuração da diferença entre o custo da combinação de negócios e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, com a conclusão do *Purchase Price Allocation* (PPA), determinou-se o valor do *goodwill*.

(c) As amortizações do intangível estão incluídas nas contrapartidas de resultado sobre as rubricas Custo dos serviços prestados e Gerais e administrativas.

(d) As baixas ocorridas no período referem-se a: venda de veículos para revitalização da frota e baixa de itens sinistrados ressarcidos pela seguradora.

Contrato de concessão – infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é mensurado com base no custo incorrido e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

12. Obrigações com compras de mercadorias e serviços

	Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022
Compras c/ cessão de direitos creditórios	19.632	14.981
Total	19.632	14.981

O Grupo possui parceria/convênio com a instituição financeira FIDC – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, visando possibilitar aos fornecedores, mais uma opção de antecipação de seus recebíveis, por meio da transferência do direito do recebimento de suas faturas. Os fornecedores têm liberdade para escolher se desejam ou não antecipar seus recebíveis e com qual instituição financeira, não havendo qualquer participação da CBN neste quesito.

A CBN realiza o pagamento das faturas ao FIDC com prazo e preço diferentes dos inicialmente acordados com seus fornecedores, sendo 12 meses o prazo médio para alongamento, se tais faturas foram objeto de antecipação de recebível, por meio da operação de “risco sacado”. A taxa de juros praticada em função do alongamento do prazo é CDI + 9%.

O Grupo apresentou valores devidos pela compra de bens ou serviços, relacionados a operações de “risco sacado”, na rubrica de Obrigações c/ compras de mercadorias e serviços porque considera que a natureza ou função do passivo financeiro é diferente de outras contas a pagar.

Dentro das projeções de fluxo de caixa, estima-se liquidar todo o saldo de fornecedores oriundo da operação de “risco sacado”, até 31 de dezembro de 2023.

13. Empréstimos e financiamentos

Contratante	Instituição financeira	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	Consolidado	
					30/09/2023	31/12/2022
CBN (i)	BNB	2032	R\$	10% a.a.	227.183	240.435
CBN (ii)	BNB	2035	R\$	8,24% a.a.	180.560	182.085
CBN (iii)	BNB	2033	R\$	2,5% a.a.	160.431	169.157
CBN (iv)	BNB	2026	R\$	TJLP + 4% a.a.	3.234	4.177
CBN (v)	Desenbahia	2026	R\$	CDI+4% a.a.	12.698	15.964
CBN (vi)	Desenbahia	2032	R\$	10% a.a.	16.185	17.564
CBN (vii)	Desenbahia	2033	R\$	TJLP+3% a.a.	8.250	8.893
CBN (viii)	Desenbahia	2034	R\$	TJLP+3% a.a.	19.348	20.633
CBN (ix)	BNB	2025	R\$	IPCA+7,98% a.a.	2.013	-
CBN (ix)	BNB	2025	R\$	24,75% a.a.	8.074	-
Custos de captação e estruturação			R\$		(787)	(1.507)
Total					637.191	657.401
Passivo circulante					45.820	38.567
Passivo não circulante					591.371	618.834

(i) Firmado pela CBN em 10 de agosto de 2011, no valor de R\$ 254.139 liberados em 08 parcelas. O prazo do financiamento é de 240 meses, com período de carência de 30 meses, o contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;

(ii) Firmado pela CBN em 26 de novembro de 2014, no valor de R\$ 181.905, liberado em 07 parcelas, com prazo de 240 meses, com carência de 36 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;

(iii) Firmado pela CBN em 12 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 188.435, liberados em 06 parcelas. O prazo é de 240 meses, com carência de 30 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;

(iv) Firmado pela CBN em 29 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.645, pelo prazo de 180 meses, com período de carência de 30 meses;

(v) Firmado pela CBN em 15 de agosto de 2016, no valor de R\$ 26.000, com prazo de financiamento de 72 meses, após carência de 24 meses;

(vi) Firmado pela CBN em 12 de agosto de 2011, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;

(vii) Firmado pela CBN em 15 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.000, com prazo de financiamento de 240 meses, após carência de 30 meses; e

(viii) Firmado pela CBN em 21 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato.

(ix) Firmado pela CBN em 20 de junho de 2023, no valor de R\$ 10.000, com prazo de 24 meses, após carência de 6 meses, contados a partir da data assinatura do contrato.

a) Custo de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

b) Garantias

(i) As garantias da CBN para os empréstimos obtidos junto ao Desenbahia e BNB são penhora de ação, direitos creditórios e emergentes, fundo de liquidez em conta reserva e fiança corporativa;

c) Cláusula restritivas (“covenants”)

Os contratos de empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas (“covenants”) financeiros.

Abaixo apresentamos a movimentação dos empréstimos e financiamentos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023:

Movimentação	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	674.285
(+) Juros incorridos	42.750
(-) Juros pagos	(43.368)
(-) Amortizações	(15.799)
(+/-) Custos da transação	(467)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	657.401
(+) Captação	10.000
(+) Juros incorridos	31.287
(+) Juros capitalizados	1.120
(-) Juros pagos	(32.881)
(-) Amortizações	(30.456)
(+/-) Custos da transação	720
Saldo em 30 de setembro de 2023	637.191

Em 30 de setembro de 2023, os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Prazos de vencimento	Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022
2023	-	42.234
2024	43.111	49.880
2025	36.587	51.627
2026	33.013	52.245
2027 em diante	478.660	422.848
Total	591.371	618.834

Em dezembro de 2022, foi assinado contrato junto ao Banco do Nordeste para obtenção de recursos financeiros para financiamento de obras de infraestrutura dos ativos, no montante de R\$ 104.978. No entanto, a administração aguarda o

desfecho do processo e o recebimento dos recursos, com previsão para dezembro de 2023.

14. Debêntures

	Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	Controladora	
					30/09/2023	31/12/2022
Debêntures IPCA (i)	Monte Rodovias	2031	R\$	IPCA + 10,5% a.a	83.059	79.816
Total					83.059	79.816
Passivo circulante					8.322	3.726
Passivo não circulante					74.737	76.090

	Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	Consolidado	
					30/09/2023	31/12/2022
Debêntures IPCA (i)	Monte Rodovias	2031	R\$	IPCA + 10,5% a.a	83.059	79.816
Debêntures IPCA – 12431 (ii)	CRA	2036	R\$	IPCA + 7,17% a.a.	179.385	169.781
Debêntures IPCA (iii)	CRC	2037	R\$	IPCA + 7,87%	64.845	60.868
Custos de captação e estruturação					(12.205)	(10.374)
Total					315.084	300.092
Passivo circulante					9.922	4.526
Passivo não circulante					305.162	295.566

(i) Em 15 de abril de 2021, a Companhia emitiu R\$ 80.000 de debêntures do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 10,5%. O prazo total é de 10 anos com amortização customizada iniciando 18 meses após a emissão. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são a alienação e cessão fiduciárias da totalidade das ações da Emissora (“Companhia”) e da Verona, a Cessão fiduciária sobre a Conta Vinculada da Emissora (“Companhia”) e da Verona e o penhor em segundo ou terceiro grau sobre a totalidade das ações da controlada da Verona (com eficácia sujeita à implementação da respectiva condição suspensiva);

(ii) Em 15 de dezembro de 2021, a CRA emitiu 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$160.000 (cento e sessenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,17%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 24 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures foram destinados pela Emissora: **(a)** implantação e exploração de novos acessos viários, além de modernização e requalificação da infraestrutura existente; **(b)** reembolso dos investimentos realizados previamente na concessão; e **(c)** reembolso e pré-pagamento do financiamento concedido pelo BNDES nos termos do “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito no 13.2.1434.1.

(iii) Em 25 de outubro de 2022, a CRC emitiu 60.000 debentures em série única no valor nominal unitário de R\$ 1), perfazendo o valor total da emissão de R\$ 60.000. As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,87%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 12 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures serão destinados pela Companhia para: **(i)** o reembolso de gastos e despesas, e pré-pagamento da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, em série única, da Emissora, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convolada na Espécie com Garantia Real, em Série Única, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.”, celebrado em 2 de julho de 2021 entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos debenturistas de referida emissão (“Primeira Emissão de Debêntures”); **(ii)** a realização de investimentos futuros em

obras civis, bem como de aquisição e melhorias e equipamentos necessários para o cumprimento do “Programa de Exploração Rodoviária – PER”.

As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são: **(i)** o penhor das ações de emissão da (“Companhia”), em titularidade da Verona Holding e Participações Societárias S.A.; **(ii)** cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes da Concessão de titularidade da Companhia; **(iii)** cessão fiduciária dos direitos creditórios e relacionados a quaisquer contratos e apólices de seguros de titularidade da Companhia; e **(iv)** conta vinculada na qual deverão transitar os recursos decorrentes da cobrança da tarifa de pedágio.

Cláusula restritivas (“covenants”)

Os contratos de debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”).

i) Na CRA o índice previsto em contrato é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que passou a ser calculado com base nas demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2022.

ii) Na CRC o índice financeiro previsto em contrato é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deverá ser calculado com base nas demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2023.

Movimentação	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	92.439	284.469
(+) Captação	-	60.000
(+) Juros incorridos	7.571	36.779
(-) Juros pagos	(8.991)	(28.486)
(-) Amortizações	(11.203)	(51.204)
(+/-) Custos da transação	-	(1.466)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	79.816	300.092
(+) Juros incorridos	16.136	37.300
(+) Juros capitalizados	-	408
(-) Juros pagos	(11.885)	(19.878)
(-) Amortizações	(1.007)	(1.007)
(+/-) Custos da transação	-	(1.831)
Saldo em 30 de setembro de 2023	83.060	315.084

Prazos de vencimento	Controladora	
	30/09/2023	31/12/2022
2023	-	3.921
2024	10.428	10.428
2025	16.504	16.504
2026	18.766	18.766
2027 em diante	29.039	26.471
Total	74.737	76.090

Prazos de vencimento	Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022
2023	-	11.493
2024	19.542	19.542
2025	28.040	28.040
2026	33.615	33.615
2027 em diante	223.965	202.876
Total	305.162	295.566

15. Direito de uso e arrendamentos

A Companhia avaliou e identificou contratos com componentes de arrendamento.

O reconhecimento inicial considerou taxas de juros anuais obtidas utilizando como critério taxas médias de captação de cada Controladas, sendo 6,70% para a CRC, 11,02% para a CBN e 11,52% a.a. para a CRA.

Os principais contratos de arrendamento referem-se a guinchos, varredeira, pipa, ambulância e veículos operacionais e administrativos, com prazo médio de 3 anos com vencimento até 2025 e opção de renovação.

Direito de uso (ativo)

Movimentação	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.445
(+) Adições	9.910
(-) Amortizações	(3.868)
(-) Baixas	(4.710)
(-/+ Remensuração	742
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.519
(+) Adições	5.684
(-) Amortizações	(3.910)
(-/+ Remensuração	(20)
Saldo em 30 de setembro de 2023	9.273

Arrendamento (passivo)

Arrendamento	Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022
Passivo circulante	6.339	3.240
Passivo não circulante	3.570	4.253
Total	9.909	7.493

Movimentação	Consolidado	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.157	
(+) Adições	9.910	
(+) Apropriação de juros (*)	872	
(-) Baixas	(10.446)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.493	
(+) Adições	5.682	
(+) Apropriação de juros (*)	2.312	
(-) Remensuração	(20)	
(-) Pagamentos	(5.557)	
Saldo em 30 de setembro de 2023	9.909	

(*) Valores reconhecidos no resultado

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, foram projetados utilizando o IPCA de 3,50% a.a. para o período de 01 de janeiro de 2023 a 30 de setembro de 2023 divulgado pelo IBGE, e representam os seguintes montantes:

	Consolidado
	30/09/2023
Passivo de arrendamento	
Fluxo real	
Passivo de arrendamento	9.909
Despesa financeira	2.312
Fluxo inflacionado	
Passivo de arrendamento	10.171
Despesa financeira	2.373

16. Provisão para contingências

Em 30 de setembro de 2023, o Grupo possuía ações e processos nas esferas administrativas e judiciais que requeiram o registro contábil de provisão e divulgação em nota explicativa, sendo:

	Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022
Cíveis	12.551	7.258
Trabalhistas	2.068	1.645
Tributárias	18	18
Outras	708	48
Total	15.345	8.969

Movimentação	Consolidado				
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.060	586	-	-	4.646
(+) Adições	3.198	1.059	18	49	4.324
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.258	1.645	18	49	8.969
(+) Adições	9.341	1.100	-	694	11.136
(+) Apropriação de juros	1.424	(655)	-	14	781
(-) Reversões	(5.128)	-	-	-	(5.128)
(-) Pagamentos	(344)	(21)	-	(49)	(414)
Saldo em 30 de setembro de 2023	12.552	2.068	18	708	15.345

As principais movimentações nos processos cíveis referem-se a indenizações a terceiros.

Em 30 de setembro de 2023, as Controladas, tem ações envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação da administração e de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 381.419 (R\$ 22.365 em 31 de dezembro de 2022).

Os processos possíveis advêm em sua maioria da operação na rodovia, tendo como principais causas de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc.

17. Provisão para manutenção

Em 30 de setembro de 2023, o Grupo apresentava saldo de R\$ 8.295 no passivo circulante e R\$ 33.262 no passivo não circulante, totalizando R\$ 41.557 (R\$ 23.737 em 31 de dezembro de 2022), referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura, sendo:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	14.091
Provisão	16.324
Reversão	(6.678)

Saldo em 31 de dezembro de 2022	23.737
Provisão	25.490
Reversão	(7.670)
Saldo em 30 de setembro de 2023	41.557

	30/09/2023	31/12/2022
Passivo circulante	8.295	4.401
Passivo não circulante	33.262	19.336
Total	41.557	23.737

- R\$ 33.001 constituídos pela CBN, considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 5 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 8,90% a.a.;
- R\$ 223 constituída pela CRC, considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 5 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 10,75% a.a.; e
- R\$ 8.333 constituída pela CRA, considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 5 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 11,78% a.a.

18. Outras obrigações

	Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022
Cotas de FIDC a pagar (a)	-	9.089
Contribuição sócio ambiental (b)	808	808
Outras obrigações	382	8.118
Total	1.190	18.015

(a) Valor à pagar aos antigos controladores, referente à cessão a título oneroso de 14.555 cotas subordinadas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), adquiridas em 28 de dezembro de 2021.

(b) Contribuição sócio ambiental - Contribuições financeiras, para aplicação específica em ações socioambientais, conforme disposição contratual da CRC, a serem realizadas periodicamente, mas, apenas, em caso de haver superávit de receita de pedágio, conforme índices previstos em contrato. Esses recursos são consumidos sob demanda, mediante efetivação de ações previstas em cronograma específico.

19. Impostos de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de setembro de 2023, O Grupo apresentava os seguintes saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

Consolidado	30/09/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa	53.319	56.454
Diferenças temporárias ativas	16.835	8.983
Provisão para contingências	3.605	3.614
Provisão para manutenção	13.230	5.368
Diferenças temporárias passivas	(17.941)	(19.120)
Ajustes adoção Lei 12.973/14 e Arrendamentos	(17.941)	(19.120)
Ganho por compra vantajosa	(38.502)	(38.502)
Ativo diferido, líquido	13.711	7.815

O saldo de prejuízos fiscais acumulado em 30 de setembro de 2023 totalizava R\$ 156.821.

As Controladas estimam apresentar lucro tributável futuro em montante suficiente para recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa, baseando-se nas projeções conforme o quadro a seguir:

30/09/2023				
Período	CRC	CRA	CBN	Consolidado
2023	635	1.724	1.738	4.097
2024	850	1.974	870	3.694
2025	930	2.648	793	4.371
2026 em diante	576	24.946	15.635	41.157
Total	2.991	31.292	19.036	53.319

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	30/09/2023		30/09/2022	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(24.329)	(22.713)	(30.682)	(35.146)
Expectativa de receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada de 34%	-	(118)	-	4.386
Adições/ exclusões permanentes	-	(7.281)	-	(4.109)
Diferenças temporárias ativas	-	8.227	-	2.349
Provisão para contingências	-	2.168	-	1.304
Provisão para manutenção	-	6.059	-	1.045
Diferenças temporárias passivas	-	679	-	(478)
Ajustes adoção Lei 12.973/14 e Arrendamentos	-	679	-	(478)
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	-	1.507	-	2.147
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(7.513)	-	214
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	5.896	-	4.250
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	-	(1.617)	-	4.036

20. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 472.264, representado por 472.264.376 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

i) A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

ii) Em 30 de setembro de 2023, o saldo de reservas de lucros, que contempla a reserva de recompra de ações e de investimento, era R\$ 34.121. A reserva de recompra de ações e de investimento tem por finalidade a recompra, resgate, reembolso ou amortização de ações de emissão da própria Companhia ou de suas controladas, ou o financiamento da expansão das atividades da Companhia e/ou suas controladas e coligadas e poderá ser utilizada para compensar prejuízo.

21. Receitas

	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>30/09/2023</u>	<u>30/09/2022</u>
	<u>Nove meses</u>	<u>Nove meses</u>
Receitas de pedágio	211.541	184.256
Demanda de risco	2.880	2.303
Receitas acessórias (locação de espaço físico e publicidade)	4.278	5.566
Impostos e contribuição sobre serviços	(19.018)	(16.678)
Outras deduções	(147)	(19)
Receita líquida de serviços	199.535	175.428
Receita de construção	22.920	26.525
Receita líquida	222.455	201.953

	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>30/09/2023</u>	<u>30/09/2022</u>
	<u>Três meses</u>	<u>Três meses</u>
Receitas de pedágio	75.125	64.837
Demanda de risco	1.018	1.054
Receitas acessórias (locação de espaço físico e publicidade)	787	2.691
Impostos e contribuição sobre serviços	(6.359)	(5.988)
Outras deduções	(67)	-
Receita líquida de serviços	70.504	62.594
Receita de construção	5.380	3.826
Receita líquida	75.884	66.420

22. Custos por natureza

	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>30/09/2023</u>	<u>30/09/2022</u>
	<u>Nove meses</u>	<u>Nove meses</u>
Custos de pessoal	(26.806)	(25.205)
Serviços de terceiros	(9.759)	(14.240)
Materiais, equipamentos e veículos	(2.739)	(3.631)
Gastos gerais	(4.270)	(5.529)
Provisão para manutenção	(25.489)	(3.117)
Depreciação e amortização	(39.936)	(55.611)
Custos dos serviços prestados	(108.999)	(107.333)
Custos de construção	(22.693)	(26.261)
Total	(131.692)	(133.594)

	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>30/09/2023</u>	<u>30/09/2022</u>
	<u>Três meses</u>	<u>Três meses</u>
Custos de pessoal	(8.535)	(7.940)
Serviços de terceiros	(3.192)	(2.624)

Materiais, equipamentos e veículos	(1.356)	(1.282)
Gastos gerais	(1.317)	(1.512)
Provisão para manutenção	(7.951)	(1.276)
Depreciação e amortização	(11.145)	(18.329)
Custos dos serviços prestados	(33.496)	(32.963)
Custos de construção	(5.326)	(3.789)
Total	(38.822)	(36.752)

Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e OCPC 05.

23. Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
	Nove meses	Nove meses	Nove meses	Nove meses
Despesas de pessoal	(1.766)	(781)	(19.811)	(17.266)
Serviços de terceiros	(1.272)	(242)	(5.556)	(9.687)
Materiais, equipamentos e veículos	(13)	(11)	(2.019)	(740)
Seguros/Garantias	(163)	(120)	(3.405)	(1.455)
Provisão para contingências	-	-	(6.375)	(2.989)
Licenças de software/telecomunicações	(121)	(3)	(2.009)	(1.545)
Gastos gerais	(201)	(234)	(10.947)	(7.397)
Depreciação e amortização	-	-	(7.443)	(7.229)
Total	(3.536)	(1.391)	(57.565)	(48.308)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
	Três meses	Três meses	Três meses	Três meses
Despesas de pessoal	(493)	(247)	(5.802)	(4.414)
Serviços de terceiros	(304)	(137)	(2.107)	(3.125)
Materiais, equipamentos e veículos	(3)	(10)	(517)	(190)
Seguros/Garantias	(54)	(45)	(1.581)	(628)
Provisão para contingências	-	-	(240)	(1.947)
Licenças de software/telecomunicações	(4)	(1)	(601)	(740)
Gastos gerais	(73)	(52)	(3.786)	(2.783)
Depreciação e amortização	-	-	(2.439)	(4.579)
Total	(931)	(492)	(17.073)	(18.406)

24. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
	Nove meses	Nove meses	Nove meses	Nove meses
Descontos obtidos	-	-	57	89
Rendimentos de aplicação financeira	650	2	12.515	9.893
Atualização monetária ativa	-	-	914	415
Outras receitas financeiras	5.899	-	7.090	860
Receitas financeiras	6.549	2	20.576	11.256
Juros de empréstimos e financiamentos	-	-	(31.287)	(32.105)
Juros de debêntures	(16.136)	(10.856)	(37.300)	(32.330)
Juros de debêntures privadas – partes relacionadas	(345)	-	-	-

Juros de contratos de arrendamento	-	-	(2.311)	(545)
Outras despesas financeiras	(144)	(100)	(90)	(3.972)
Despesas financeiras	(16.625)	(10.956)	(77.426)	(68.953)
Resultado financeiro, líquido	(10.076)	(10.954)	(56.850)	(57.697)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
	Três meses	Três meses	Três meses	Três meses
Descontos obtidos	-	-	5	47
Rendimentos de aplicação financeira	43	-	3.967	4.032
Atualização monetária ativa	-	-	497	415
Outras receitas financeiras	-	-	(925)	348
Receitas financeiras	43	-	3.544	4.842
Juros de empréstimos e financiamentos	-	-	(10.243)	(10.786)
Juros de debentures	(3.047)	(1.475)	(8.349)	(5.197)
Juros de debêntures privadas – partes relacionadas	(345)	-	(1.746)	-
Juros de contratos de arrendamento	-	-	(90)	(388)
Outras despesas financeiras	(35)	(33)	(2.170)	(2.147)
Despesas financeiras	(3.427)	(1.508)	(22.598)	(18.518)
Resultado financeiro, líquido	(3.384)	(1.508)	(19.054)	(13.676)

25 Lucro (prejuízo) por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	30/09/2023		30/09/2022	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(24.329)	(24.330)	(30.682)	(30.682)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	472.264	472.264	472.264	472.264
Prejuízo básico e diluído por ação - Em reais	(51,52)	(51,52)	(64,97)	(64,97)

26. Partes relacionadas

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia possui saldo de R\$ 16.420 (R\$ 20.712 em 31 de dezembro de 2022) decorrentes de transações com partes relacionadas com a sua controlada Verona, referente a emissão de debêntures simples em 05 de outubro de 2022, com vencimento em 05 de outubro de 2027, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única para colocação privada, onde os juros remuneratórios serão equivalentes à 100% da variação acumulada da Taxa Referencial – TR (vide nota explicativa nº 23), ao ano, tendo como única debenturista a sua controlada Verona Holding e Participações Societárias S.A. Os recursos obtidos por meio da emissão das debêntures serão destinados aos pagamentos das obrigações da emissora, presente e futuras. A variação do período refere-se à juros incorridos no montante de R\$ 346, e a amortização de principal no monte de R\$ 4.638.

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
(+) Captação	21.213
(-) Amortizações	(501)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	20.712
(+) Juros incorridos	346
(-) Amortizações	(4.638)
Saldo em 30 de setembro de 2023	16.420

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

Em 30 de setembro 2023, a Companhia registrou o montante de R\$ 385 (R\$ 270 em 30 de setembro de 2022), referente à remuneração dos administradores.

27. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Controladora	Debêntures	Debênture com Partes Relacionadas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	92.439	25	92.464
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Amortização de financiamentos e debêntures	(11.705)	-	(11.705)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(11.705)	-	(11.705)
Outras variações			
Partes relacionadas	-	(1)	(1)
Despesas com juros	10.857	-	10.857
Juros pagos	(8.296)	-	(8.296)
Total das outras variações relacionadas com passivos	2.561	(1)	2.560
Saldo em 30 de setembro de 2022	83.295	24	83.319
Controladora			
	Debêntures	Debêntures com Partes Relacionadas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	79.816	20.712	100.528
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Amortização de financiamentos e debêntures	(1.007)	-	(1.007)
Partes relacionadas	-	(4.638)	(4.638)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(1.007)	(4.638)	(5.645)
Outras variações			
Despesas com juros	16.136	345	16.482
Juros pagos	(11.885)	-	(11.885)
Total das outras variações relacionadas com passivos	4.251	345	4.597
Saldo em 30 de setembro de 2023	83.060	16.420	99.479

Consolidado	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	674.285	284.468	7.157	965.910
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Amortização de financiamentos e debêntures	(11.675)	(14.717)	-	(26.392)
Pagamento de arrendamento	-	-	(2.101)	(2.101)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(11.675)	(14.717)	(2.101)	(28.493)
Outras variações				
Despesas com juros	32.106	32.329	2.101	66.536
Juros pagos	(32.802)	(18.345)	-	(51.147)
Total das outras variações relacionadas com passivos	(696)	13.984	2.101	15.389
Saldo em 30 de setembro de 2022	661.914	283.735	7.157	952.806

Consolidado	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Obrigações com compras de mercadorias e serviços	Arrendamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	657.401	300.092	14.981	7.493	979.697
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Captação de financiamentos e debêntures	10.000	-	-	-	10.000
Amortização de financiamentos e debêntures	(30.456)	(1.007)	-	-	(31.463)
Obrigações com compras de mercadorias e serviços	-	-	4.651	-	4.651
Pagamento de arrendamento	-	-	-	(5.557)	(5.557)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(20.456)	(1.007)	4.651	(5.557)	(22.369)
Outras variações					
Novos arrendamentos	-	-	-	5.682	5.682
Custos de transação	720	(1.831)	-	-	(1.111)
Despesas com juros	32.407	37.708	-	2.291	72.406
Juros pagos	(32.881)	(19.878)	-	-	(52.759)
Total das outras variações relacionadas com passivos	246	15.599	-	7.973	24.218
Saldo em 30 de setembro de 2023	637.191	315.084	19.632	9.909	981.546

28. Contratos

a) Contrato de concessão – CBN

Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra), juntamente com o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, transporte e comunicações do Estado da Bahia (Agerba), e a Concessionária Bahia Norte (“CBN”, tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário “Concessão” dos trechos: BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, mediante a prestação de serviço pela Concessionária pelo prazo de 25 anos, a partir da data de assinatura do contrato.

A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099 denominado de Via Metropolitana, para ser construído pela Concessionária e aditado em 05 (cinco) anos a vigência do Contrato, passando de 25 para 30 anos além de 03 parcelas de reequilíbrios tarifário.

Durante o prazo de concessão, a Companhia deverá contratar e manter em vigor apólices de seguro de riscos operacionais, seguro garantia, seguro da frota de veículos e seguro de responsabilidade civil.

b) Contrato de concessão – CRC

Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o Comitê Gestor do Programa Estadual de Parceria Público-Privada - CGPE e a Companhia, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos e 05 meses, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato, cujo valor de receita estimado é de R\$ 143.203.

O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais.

c) Contrato de concessão – CRA

O contrato de concessão tem prazo de 35 anos, contados a partir de novembro de 2011, mediante a cobrança de pedágios, permitindo a exploração de receitas acessórias, e consiste na implantação dos novos acessos viários e requalificação dos já existentes, modernização e implantação do sistema de sinalização, instalação de iluminação pública, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outras obras de manutenção e operação da rodovia.

Em 04 de janeiro de 2014, a Companhia iniciou suas operações nas praças de pedágio 1, 2, 3 e 4, em 24 de janeiro de 2014 iniciou suas operações da praça 5.

Foi assinado em 12 de setembro de 2017 o 2º Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme pleito de reequilíbrio protocolado pela Companhia, alterando, entre outras providências, o valor da Tarifa Básica de Pedágio em R\$ 0,054 – data base setembro de 2010, que passou a vigorar a partir de 04 de janeiro de 2018, corrigida pelo IPCA do período. Do mesmo modo, foi assinado em 28 de dezembro de 2018 o 3º Aditivo ao Contrato de Concessão, onde foram reprogramados investimentos, compensada a perda verificada com a edição da Lei nº 13.711/2018 e incluídas novas obrigações à Concessionária. Este aditivo levou a Tarifa Básica de Pedágio para R\$ 4,938 – data-base setembro de 2010, praticada a partir de 04 de janeiro de 2019.

Em 13 de outubro de 2020, foi pleiteado junto ao Poder Concedente um novo pedido de reequilíbrio econômico e financeiro, com a atualização dos eixos suspensos, postergação dos investimentos em balanças para 2022 e as perdas de receita decorrentes da pandemia da Covid-19. Suape, através de ofício autorizou a postergação da implantação para o ano 10 da concessão (04/11/2020 – 03/11/2021) e iniciou a solicitação junto a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos de Pernambuco (Seinfra) pela retomada do grupo de trabalho, que discute a questão das balanças, por solicitação da CRA.

O pleito continua em análise junto ao Poder Concedente.

Em 29 de abril de 2021, houve a emissão do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi o reconhecimento do aperfeiçoamento do ato de anuência formalizado pelo Termo de Anuência à Transferência de Controle Societário firmado em 06

de agosto de 2020, passando o controle acionário da Companhia para a Verona Holding Participações Societárias S.A., com efeitos a partir desta data, instante em que assume todos os direitos, deveres, obrigações, responsabilidades e encargos relativos e fixados no Contrato de Concessão.

Ressaltamos que anualmente a Tarifa Básica é atualizada pelo IPCA, conforme previsto pelo Contrato de Concessão.

Periodicamente, as Concessionárias avaliam a proposição de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro, com o objetivo de remunerar, conforme as modalidades e mecanismos previstos em cada um dos contratos, os investimentos adicionais realizados no decorrer da execução contratual e que não estavam previstos originalmente nos respectivos planos de negócio, bem como compensar eventuais perdas decorrentes da materialização de eventos cujo risco não foi expressamente alocado à Concessionária.

As Companhias assumiram, de modo geral, os seguintes principais compromissos decorrentes das concessões:

- Implantação de terceiras faixas;
- Duplicação;
- Implantação de acostamento;
- Implantação de passarelas para pedestres;
- Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos; e
- Instalação de cabines de pedágio.

A tarifa básica de cada concessão, foi inicialmente definida em Edital pelo Poder Concedente, baseando-se em estudos de viabilidade econômico-financeiro de cada projeto, onde periodicamente cada concessionária, por meios de pleitos de reequilíbrios, submetem a apreciação de julgamento do Poder Concedente, reajustes tarifários, de modo a recompor eventuais perdas, bem como viabilizar os investimentos previstos no contrato de concessão. Cabe ainda ao Poder Concedente decidir acerca de eventuais pedidos de renovação contratual.

Em caso de extinção das concessões, o Poder Concedente assumirá a prestação dos serviços, sendo-lhes transferidos todos os bens reversíveis nos termos do Contrato de Concessão.

* * *